

A Conjuntura Político-Educacional Brasileira e o Papel do Educador

Sheila Cristina Monteiro Matos ^(*)

Apresentação

Ao se falar em educação, faz-se necessário compreendê-la a partir de sua inserção num dado momento histórico, analisando-a ao longo do seu passado e buscando compreendê-la sobre as perspectivas de acesso ao seu futuro. O contexto social responde pela forma como se organiza a sociedade, pelas relações que se estabelece, pelas representações simbólicas que dele emanam, pela tessitura econômica e pela relação de interferência na organização da educação. Assim, este artigo tem por objetivo discutir a política educacional brasileira e sua influência no processo de exclusão social.

Notas sobre a educação no país

A política educacional brasileira sempre esteve articulada com os interesses e os desígnios das classes dominantes, detentoras dos poderes políticos, econômicos e sociais. Por mais que se quisesse emancipar, havia uma relação determinista por parte do governo que compactuava com decisões vindas da burguesia.

A proposta de educação durante a trajetória política educacional no país não poderia ficar desvincilhada dessa disputa desenfreada pelo poder, outorgando plenos privilégios àquelas pessoas que faziam parte da elite de um determinado local e demonstrando que as oportunidades para aqueles que detinham dinheiro se tornavam diferentes das oportunidades daqueles que não o detinham. Nesse sentido, Romanelli (1997) afirma que:

o fortalecimento do poder central implica o controle político por parte de representantes de esferas mais altas, as quais, por isso mesmo, têm condições para traçar diretrizes ou criar estruturas globais. Nestas, evidentemente, preponderam quase sempre os interesses e valores dos

^(*) Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e em Pedagogia Empresarial pela Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC. E-mail: sheilammatos@uol.com.br

grupos dominantes. Se na composição do poder entram grupos de interesses divergentes, a organização do ensino obedecerá sempre às tendências do grupo mais fortemente representado, ou ainda ao jogo das mútuas concessões e dos compromissos emergentes com as alianças ocasionais ou permanentes que as facções promovem, visando ao próprio fortalecimento.

Por meio dessa afirmativa, verifica-se que o sistema educacional brasileiro sempre manteve um estreitamento de laços com a política prevalecente da sociedade, relegando a maioria a uma situação de desamparo.

A educação no Brasil por muito tempo procurou camuflar os acessos e as oportunidades para aqueles que viam na escola uma forma de melhoria de vida. A ideologia propagada enfatizava que quanto mais a pessoa se instruía, mais abertura em termos profissionais e pessoais ela teria a frente de suas metas e anseios. No entanto, quase sempre o seu tão esperado sonho não se concretizava, sendo que a culpa do fracasso era delegada unicamente ao indivíduo, visto que suas aptidões não foram trabalhadas para tal sucesso.

Acreditou-se que o fracasso escolar fosse culpa estritamente pessoal e que as escolas se empenhavam dentro de suas possibilidades para não vir a acontecer aquela mazela. O exercício pedagógico tinha como função legitimar aqueles sujeitos que tinham sucesso. Com isso, o conformismo se legitimava ideologicamente na sociedade.

As idéias de fracassos pessoais ligadas às habilidades e às aptidões levavam o indivíduo a crer que o processo educacional não estava vinculado à estrutura política, econômica e social do país. A realidade das classes subalternas por muito tempo foi assim, não se podia contestar um modelo de educação que vislumbrava o pré-determinado (o conhecimento, o modo de pensar). Sua imagem pré-determinada dominava suas emoções, a imaginação, a sua sensibilidade e a sua afetividade.

Ao se observar os sonhos de prosperidade e de sucesso para as pessoas das diferentes classes sociais freqüentemente percebe-se que são semelhantes. Entretanto, a aludida realidade acaba diferindo os anseios das mesmas. O sistema estatal teve como papel fundamental servir de parceria para a efetivação desses propósitos junto à burguesia, consoante ao que ressalta Gramsci (1988, p. 45):

A revolução que a classe burguesa provocou na concepção do direito e, portanto, na função do Estado, consiste especialmente na vontade de conformismo. As classes dominantes precedentes eram essencialmente conservadoras, no sentido de que não tendiam a elaborar uma passagem orgânica das outras classes às suas, para ampliar a sua esfera de classe tecnicamente e ideologicamente a concepção de casta

fechada. A classe burguesa situa-se como um organismo em *continuum* movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a nível cultural, educacional e econômico. O Estado se transforma em educador.

A escola, frente a essa realidade histórica delineada pelo capitalismo, sempre se mostrou reservada à função de reproduzir desigualdades sociais, à medida que contribuiu, preponderantemente, para a manutenção desta reprodução da ideologia inculcada nas mentes. Apesar de toda essa realidade, a maioria dos sujeitos fazedores do processo de educar vislumbra a pretensão de levantar uma bandeira de luta que vise a insuflar um espírito de transformação nessa realidade educacional imposta de cima, que permeia o processo de escolarização há décadas no país.

A escola, por relegar as classes populares, contribuiu consideravelmente para manter um *status quo* que a classe dominante determinava, construindo assim um indivíduo alienado de sua realidade social, um objeto manipulável pelas grandes decisões provenientes da elite brasileira. Assim, a educação veio cumprindo sua lastimável missão de adaptar o indivíduo às conservadoras linhas gerais da sociedade.

A conjuntura atual e alguns paradigmas da educação

A busca de uma condição de esclarecimentos e de informações acerca dos direitos e deveres que todo cidadão tem já é uma proposta colocada em pauta, generalizadamente, neste século XXI. A era da informação, da globalização e da tecnologia vem inserindo uma nova proposta de construção do conhecimento e do homem. O saber elaborado passa a ter uma nova roupagem. É um momento para mudança de atitudes e de ações.

A globalização planetária, a reorganização das esferas internacionais do setor produtivo, a busca desenfreada pela qualidade total e a extinção das fronteiras geográficas fazem com que o ser humano busque se inserir nesta nova realidade. É necessário ele ser sujeito e protagonista de sua história. Isto muda o cenário educacional.

Frigotto (1998), no evento “O Papel da Universidade no Enfrentamento da Exclusão Social e da Globalização”, afirmou que a globalização econômica é imprescindível à sociedade para que o homem saia da caverna e torne-se mais universal. Entretanto, ele tece críticas em relação à globalização no que tange aos processos de exclusão. Para mitigar esse quadro, ele destacou a importância em se atentar para o binômio progresso *versus* exclusão social.

A busca e o acompanhamento desse progresso mundial precisam ser exercitados com um espírito crítico, pois as armadilhas construídas em prol desse progresso vêm tomadas por exclusões em âmbito social, cultural, científico, tecnológico, educacional, entre outras. A nova reorganização mundial já se tornou algo inerente à sociedade, o que resta apenas é procurar se adequar conscientemente a essa nova estrutura.

O progresso deve vir acompanhado por certos requisitos, tais como: atitude crítica, engajamento político, discernimento de atitudes, inserção num processo histórico e liberdade para agir com responsabilidade, entre outros. Nessa linha de reflexão, veja-se o que Gramsci (1968) afirma:

se a liberdade é que faz o homem, e o homem é o resultado de muitas determinações, o homem torna-se homem num processo de descoberta dessas determinações e de ação sobre elas. O tornar-se homem é a sua possibilidade, seu projeto, seu poder de ser homem. Passa, portanto, pelo conhecimento de suas contradições e pelo momento de liberdade, da libertação de suas próprias contradições.

Quando se afirma que o homem é o resultado de várias determinações e que ele se constrói como tal, não se pode ignorar que a classe hegemônica da sociedade encontrará meios para obstaculizar essa sua (auto)construção. Ela tentará levantar barreiras objetivando seu pleno propósito de gestação do homem-objeto, ser alienado de sua própria construção histórica.

A compreensão do saber toma novos rumos. Não existe um axioma que não possa vir a ser discutido por esferas científicas, o homem está tentando ir além de suas possibilidades e isto é meta para a maioria de pesquisadores. O que se sabia ontem não é mais tão válido hoje. Novas descobertas foram feitas, novas experiências foram realizadas e o homem não pode ficar à deriva. É necessário buscar o tempo perdido e tentar se mostrar à frente deste processo. A escola por sua vez, instituição formadora de conhecimentos, de comportamentos e de opiniões, precisa estar mudando sua função de mantenedora do que é legitimado pela classe burguesa. É um momento para a reflexão sobre práticas pedagógicas obsoletas que não estimulam o aluno a pensar.

O que se coloca em pauta é o desenvolvimento de um homem que busca ter iniciativa, ter criatividade, saber se relacionar socialmente com todos, buscar viver num meio social divergente. Não obstante, consegue trabalhar numa convergência de idéias e de propostas. É um indivíduo que interage com outros na busca de crescimento pessoal e coletivo. A atitude precípua de todo educador é transformar, mudar aquilo que impede

os alunos de serem sujeitos cognoscentes de seu processo de aprendizagem. É necessário repensar atitudes, valores, filosofias e práticas pedagógicas. É necessário tomar consciência de que os educadores possuem um papel fundamental em legitimar aquilo que se torna emancipador para o educando, e, tudo que exige transformação, acaba encontrando barreiras e limites por parte daqueles que ditam regras no interior de qualquer instituição, ainda mais a escolar. Portanto, uma mudança decisiva e incisiva precede consideravelmente do interior do educador, do compromisso técnico, político e social que ele deve ter.

A maioria dos educadores destaca apenas o sistema sócio-econômico como o grande responsável por todas as mazelas que ocorrem no interior da educação no país. O que temos que ter em vista é que o descaso do sistema contribui consideravelmente para grande parte desses descasos, o que não resulta unicamente em ser o culpado por tudo. É de se notar que uma parcela de culpa por várias barreiras encontradas na educação é proveniente do próprio educador. Este ainda não precisou o tamanho descaso que o compromete diante da tarefa de transformar e, enquanto não se atentar para isto, o processo de educar tornará a ficar à deriva das mudanças ocorridas no planeta, no que tange a descoberta de melhores métodos de ensino, a melhoria das relações educador/educando.

Cumpramos acentuar que, segundo Bertrand e Valois (1994), perdurou, por muito tempo, a compreensão do paradigma tradicional e racionalista:

Esses paradigmas ratificaram o modo de ser e conhecer o mundo por várias décadas, propagavam a idéia de verdade única, objetiva, regularizada e reguladora, transmitia a estrutura hierárquica das ciências e dos conhecimentos, apresentava as relações humanas segundo as estratégias de mercado, transmitindo assim uma imagem de indivíduo, materialista, oportunista, conformista, centrado na ordem existente.

Contra esse modelo, a sociedade passou a pautar um novo paradigma, o sócio-interacional. Este vem tentando se incumbir de tarefas que desmascarem uma falsa visão das relações de produção, concebendo o homem como ser social sempre em situação de transformação e de emancipação. Busca também eliminar as relações entre dominados e dominadores, entre professor e aluno, bem como assume uma posição de que o indivíduo não nasce pronto nem é mera cópia do ambiente externo.

A instituição escolar precisa estar pautada por valores morais, culturais e sociais que garantam o pleno resgate da cidadania de seus alunos. Não se pode educar para a

vida sem discutir a cidadania em sala, se não desenvolver um trabalho pedagógico que respeite o aluno, com suas potencialidades e limitações, ou em ver com outros olhos o desenvolvimento da aprendizagem e os distúrbios decorrentes desse processo.

Destarte, vale destacar que a conjuntura atual vem se encarregando em ser a propulsora de uma desenfreada mudança de atitudes por parte da comunidade escolar em geral e, especialmente, do educador. É uma reviravolta que leva a uma direção positiva a partir do momento em que há uma interação consciente, reiterativa e propositiva do educador com o contexto escolar que está inserido.

O papel do educador diante da exclusão social

As condições e as possibilidades da cultura e da consciência já envolvem também a sociedade global. Tudo que continua a ser local, provinciano, nacional e regional, compreendendo identidades e diversidade, desigualdades e antagonismos, adquire novos significados a partir dos horizontes abertos pela chamada sociedade global. Segundo Pirró (1997):

Quem não tiver competência científica e capacidade tecnológica estará condenado à periferia, mesmo dispondo, favoravelmente, dos demais fatores de produção. Em consequência, a riqueza e o poder tendem à concentração, nos países avançados. É o que se observa, a planetarização ocorrendo em torno das maiores lideranças mundiais em ciência e tecnologia, ou seja, dos mentores principais da globalização.

Logo, a organização da educação também toma novos rumos, ainda que continue a ser cerceada por uma elite dominante como já foi citado. Esta elite aponta uma série de diretrizes que irão fornecer subsídios para a implementação de uma educação que se mostra igualitária e para todos, enfatizando que o homem precisa estar preparado para o mercado de trabalho, sendo muito bem qualificado na escola para obter um futuro de sucesso. Fazendo uma breve recapitulação na história da educação brasileira, se percebe que lema semelhante a este foi amplamente difundido pelos antepassados e nunca colocado em prática. A atual legislação que versa sobre a educação no país, a lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), trata dos princípios e fins da Educação Nacional, salientando que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o

pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ela é muito clara quando ressalta o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Entretanto, desde sua promulgação, verifica-se que ainda é uma dificuldade sua prática nos diversos cantos do país.

Os fatores de resistência são inúmeros e ainda se perpetuam. A desinformação do professor acerca de saberes que têm grande relevância para o pleno desenvolvimento do educando, a falta de compromisso técnico político-pedagógico com o processo, o sistema educacional e conjuntural, tudo isto contribui para a realidade ser desigual para todos, trazendo como conseqüência a exclusão social. Desta forma, torna-se difícil implementar uma educação que esteja voltada para o atendimento de todos os princípios se não houver uma mudança profunda nas mentes dos educadores e principalmente na mente daqueles que formulam e implementam as leis educacionais no país.

Para se ter um trabalho pedagógico eficaz, o educador precisa ter claro que suas atitudes possuem grande relevância no processo de aprendizagem do aluno. Uma das atitudes cruciais é que ele não deve agir sozinho, pois não terá grande êxito em suas intervenções. É necessário sensibilizar os colegas de profissão e buscar um engajamento coletivo com todo o corpo docente e técnico da escola, o que implica em um grande salto para o início de uma transformação qualitativa.

Cabe ao docente também desenvolver uma prática pedagógica que respeite os limites de seus alunos no que diz respeito à construção do conhecimento e auxiliá-lo, no que for preciso, diante das descobertas realizadas. O essencial é ensinar a aprender a aprender e criar um sistema de educação continuada.

A busca do desvelamento de ser cidadão nesse mundo desigual e individualista torna o indivíduo perdido e periodicamente sem rumo definido. Como a LDB 9394/96 se compromete a fazer referências ao processo de cidadania, faz-se importante salientar que o exercício da cidadania é uma tarefa que aguça um espírito crítico e transformador nos alunos. Estes precisam saber quais são seus direitos e deveres enquanto cidadãos e saber se defenderem quando seus direitos forem violados. Caso contrário, estarão relegados a se constituírem em meros expectadores e marionetes, que podem ser manipuladas da forma mais abrupta possível, reforçando cada vez mais a exclusão social e cultural.

Considerações finais

A instituição escolar tem um papel decisivo na formação dos cidadãos, sendo que os professores serão os co-autores diante dessa ação. A atitude a ser tomada contra a exclusão social precisa estar pautada em valores sérios, sólidos, de sabor solidário e humanista, e que configurem uma ação coletiva por parte da maioria dos membros escolares. A partir do momento que for transgredido o poder de ordem daqueles que visam à exclusão social dentro do mundo globalizado, sem dúvida alguma a diferença já estará sendo processada no interior dos muros escolares e, quem sabe, até partindo em direção aos arredores da escola.

Destarte, a tarefa contra a exclusão cabe a cada educador realizá-la de forma gradual e sistemática, se comprometendo politicamente com o processo de aprendizagem e suas múltiplas facetas. É se permitir inovar e receber críticas construtivas naquilo que precisa crescer e melhorar. É fazer jus aos vínculos entre educação e desenvolvimento, pois será assim que uma intervenção propositiva levará o processo educativo a se tornar campo para um sujeito ativo e participativo na sociedade em que vive.

Referências

- BERTRAND, Y.; VALOIS, P. *Paradigmas educacionais: escola e sociedades*. Lisboa: Piaget, 1994.
- BRASIL. *Lei 9394/96 – Lei de diretrizes e bases da educação*. Ministério da Educação e Cultura: Brasília, 1996.
- FRIGOTTO, G. O Papel da Universidade no Enfrentamento da Exclusão Social e da Globalização. *Semana Universitária da Universidade da Amazônia*, Belém: UNAMA, 1998.
- GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6ª ed., 1988.
- PIRRÓ, W. Educação e globalização. *Revista Rumos do Desenvolvimento*: Rio de Janeiro, p. 42-43, mar. 1997.
- ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1997.

Resumo: Este artigo retrata a política educacional brasileira e o papel do educador, discorrendo sobre os paradigmas conceituais em educação. Desenvolvido a partir de pesquisa documental e bibliográfica, enfatiza o processo educativo como um fenômeno que emancipa o indivíduo. Retrata as potencialidades que o educador deve possuir, reificando-a num processo dinâmico e transformador. Por fim, considera que as instituições educativas e o educador possuem papel preponderante no resgate político e social numa sociedade excludente.

Palavras-chave: Educador; Exclusão Social; Política Educacional.

Abstract: This paper presents the Brazilian teaching policy and the teacher's assignment, approaching the teaching conceptual paradigms. Developed by bibliographical and documental researches, it emphasizes the learning process as a phenomenon that can emancipate the individuals. It discusses the possibilities that the educator should have, by means of a dynamic and changer process. At end, it considers that the teaching institutions as well as the educator have fulfilled mission at the political and social rescue at the excluding society context.

Key-words: Educator; Social Exclusion; Educational Policy.